



Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade

PAULO CESAR OLIVEIRA DINIZ
Universidade Federal de Campina Grande

JORGE ROBERTO TAVARES DE LIMA
Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

Esse texto busca refletir sobre a trajetória de mobilização social para a construção da noção de convivência com o semiárido, a partir da década de 1990. A convivência do ser humano com seu meio é uma dimensão essencial da Agroecologia, tendo como perspectiva sua manutenção e sua permanência. Daí se fundamentar também no conceito de desenvolvimento sustentável e na participação envolvendo os diversos atores sociais. Mobilizados na Articulação no Semiárido Brasileiro, esses atores sociais assumem outra dimensão na defesa de políticas públicas para a região e, assim, entram em conflito com a prática política de combate à seca. Com isso, constroem uma ação coletiva tendo como elemento central um programa de construção de cisternas rurais e outras tecnologias sociais com base na convivência com o semiárido. Posteriormente, essa ação avança para um nível de “experimentalismo institucional” a partir de 2003, em parceria com o governo federal e, analisando o último fenômeno de seca na região, apesar de alguns limitantes, tem demonstrado uma relativa capacidade para que as famílias superem suas vulnerabilidades frente aos impactos negativos da estiagem e criem autonomia em relação às “antigas” políticas assistencialistas e de combate à seca.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido. Agroecologia. Ação Coletiva. Experimentalismo Institucional.

SOCIAL MOBILIZATION AND COLLECTIVE ACTION IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION: CONVIVÊNCIA, AGROECOLOGY AND SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This text seeks to reflect on the trajectory of social mobilization for the construction of the notion of coexistence with the semi-arid, from the decade of 1990. The coexistence of the human being with his environment is an essential dimension of Agroecology, having as perspective its maintenance and its Permanence. Hence it is also based on the concept of sustainable development and participation involving the various social actors. Mobilized in the Articulation in the Brazilian Semi-Arid, these social actors assume another dimension in

the defense of public policies for the region and, thus, come into conflict with the political practice of combating the drought. With this, they construct a collective action having as central element a program of construction of rural cisterns and other social technologies based on the coexistence with the semi-arid. Subsequently, this action advances to a level of "institutional experimentalism" since 2003, in partnership with the federal government and, analyzing the last drought phenomenon in the region, despite some limitations, has shown a relative capacity for families to overcome their vulnerabilities to the negative impacts of drought and create autonomy in relation to the "old" assistance policies and drought control.

Keywords: Living with the Semi-Arid. Agroecology. Collective Action. Institutional Experimentalism.

LA MOVILIZACIÓN SOCIAL Y LA ACCIÓN COLECTIVA EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE BRASIL: LA CONVIVENCIA, LA AGRO-ECOLOGÍA Y LA SOSTENIBILIDAD

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre el camino de la movilización social para la construcción de la noción de convivencia con el semiárido, desde la década de 1990. La coexistencia del hombre con su medio ambiente es una dimensión esencial de Agroecología, con la perspectiva de su mantenimiento y su quedarse. De ahí también apoyar el concepto de desarrollo sostenible y la participación para que los diferentes grupos de interés. Movilizado en el Semiárido Brasileño Articulación, estos actores sociales toman otra dimensión en la promoción de políticas públicas para la región y por lo tanto conflicto con la práctica política de lucha contra la sequía. Por lo tanto, la construcción de una acción colectiva con el elemento central de un programa de construcción de cisterna rural y otras tecnologías sociales basadas en la convivencia con el semiárido. Más tarde, esta acción se traslada a un nivel de "experimentalismo institucional" a partir de 2003, en colaboración con el gobierno federal y analizando el último fenómeno de la sequía en la región, a pesar de algunas limitaciones, que ha demostrado una capacidad relativa para las familias a superar sus vulnerabilidades frente a los impactos negativos de la sequía y crean autonomía con respecto a las políticas de "viejos" de bienestar y la lucha contra la sequía.

Palabras clave: Convivencia con el Semiárido. Agroecología. Acción colectiva. experimentalismo institucional.

1 INTRODUÇÃO

Este texto analisa os processos de mobilização social e de ação coletiva ocorridos no semiárido brasileiro, ao longo das últimas três décadas, em torno da "construção" da noção de convivência com o semiárido, contrapondo-se à concepção secular de combate à seca, instituída nas ações públicas e governamentais na região. Ao analisar a trajetória de mobilização social e política, no campo da sociedade civil, permite-se entender como a noção de convivência com o semiárido emergiu e se consolidou institucionalmente, de modo a orientar determinadas políticas governamentais nesse percurso, inaugurando uma nova fase nas relações entre governo e sociedade.

Busca refletir, ainda de modo superficial, sobre o desempenho das ações de convivência, tendo como referência a sustentabilidade e a agroecologia,

especialmente centradas no programa de construção de cisternas rurais e sua efetiva contribuição à superação dos impactos negativos frente ao fenômeno da seca, iniciado no ano de 2012.

Esse texto é fruto de uma pesquisa apoiada pelo CNPq e tinha como tema central os “*retratos e reflexos da seca*” deflagrada no semiárido no ano de 2012. Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida de 2014 a 2016, buscando analisar os impactos da estiagem no semiárido brasileiro (uma visão panorâmica) e na Paraíba, especialmente, em dois territórios: Cariri Ocidental e Borborema (os dados analisados aqui se referem a este último). Os dados foram coletados, por um lado, em trabalho de campo (entrevistas, reuniões de trabalho, assembléias de agricultores familiares e de seus movimentos representativos, etc.) e, por outro, por meio de portais de internet, nacionais e estaduais, de ministérios e órgãos de governo, próprio para esse fim: divulgação de informações sobre as ações governamentais frente aos efeitos da seca (destaque-se o portal “Observatório da Seca”, criado pelo governo federal em 2013 e que funcionou até meados de 2015).

De modo geral, o texto está estruturado em quatro seções, além dessa parte introdutória e de uma parte conclusiva. As duas primeiras apontam para o processo de mobilização social na região, isto é, a ação coletiva de contestação política às práticas estabelecidas e, em seguida, a emergência de uma concepção política para a ação pública tendo como eixos a sustentabilidade, a agroecologia e a participação social, na perspectiva da convivência com o meio onde estas pessoas vivem. A terceira seção demonstra a dimensão de experimentalismo institucionalizada da concepção de convivência com o semiárido em torno do programa de construção de cisternas rurais; e, por último, na quarta seção, busca-se refletir sobre os impactos efetivos do programa de construção de cisternas rurais no semiárido, a partir de um conjunto de municípios paraibanos (Território da Borborema), um dos *locus* da pesquisa.

2 O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE CONTESTAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE COMBATE À SECA

A emergência da noção de convivência com o semiárido, enquanto uma ideia política mobilizadora e agregadora de uma pluralidade de atores sociais, foi motivada por uma conjuntura política bastante específica, especialmente entre as décadas de 80 e 90, do século passado. Por um lado, era um momento de intensa crise institucional por que passava a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), bem como das estratégias de planejamento regional dessa instituição. Com isso, surgem os primeiros sinais de uma nova concepção para se pensar o desenvolvimento, levada a cabo por novos atores sociais. Ou seja, uma concepção alternativa à forma convencional de planejamento do desenvolvimento regional que, por sua vez, passou a resgatar e a desenvolver propostas e práticas sócio-políticas orientadas pela ideia de que a sustentabilidade do desenvolvimento no semiárido implica na concepção da convivência com o semiárido e na valorização do envolvimento das populações locais, notadamente a partir de suas experiências no campo da agroecologia.

Vale ressaltar que na seca dos anos cinquenta, do século passado, dois movimentos merecem destaques. Por parte do governo central foi criado o GTDN, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, liderado por Celso Furtado, resultando na criação da SUDENE e, por outro lado, o bispo Dom Helder Câmara articula, com outras dioceses e movimentos sociais, ações para combater a pobreza no Nordeste. Estas mobilizações, porém, foram interrompidas pelo golpe militar de 1964. A partir desse momento e durante anos a mobilização e envolvimento da população foram rechaçados, todavia com “abertura lenta e gradual” as forças sociais vão se reagrupando, retomando o seu protagonismo social. As condições para que esse ciclo alternativo de práticas e de políticas de desenvolvimento na região fosse se restabelecendo, têm como especificidade as características dos anos 1990, especialmente o retorno do Brasil ao regime democrático, criando espaço para um amplo processo participativo na sociedade, além da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da Rio-92¹.

Passada a fase inicial de euforia em torno do desenvolvimento sustentável, no semiárido brasileiro, a partir de meados da década de 1990, o conceito vai ser associado a outra noção, qual seja, a ideia de convivência com o semiárido – conceitos co-irmãos. Quer dizer, os novos atores sociais que entraram em cena passaram a apresentar um discurso renovador, comprovando com seus ativos políticos – “experimentalismos sociais” – a possibilidade de um desenvolvimento sustentável com base na convivência com o semiárido brasileiro. A partir desse momento, essa noção ganha força política e foi capaz de mobilizar a sociedade civil no sentido de construir uma perspectiva diferente de desenvolvimento regional, ao contrário das ultrapassadas propostas e ações de combate à seca (ideia-força que orientou as ações públicas e governamentais por, pelo menos, um século na região), desta vez com foco centrado na ideia de convivência com o semiárido (SILVA, 2006).

Ao mesmo tempo, há também um grande apelo de mobilização social tendo em vista os problemas sociais decorrentes de mais uma seca no semiárido (das tantas que ocorreram ao longo do século XX) a partir de 1993. Nesse ano, centenas de trabalhadores rurais nordestinos (e suas organizações) fizeram uma grande mobilização, ocupando a sede da SUDENE, em Recife (PE)², exigindo que os governos (federal e estaduais) tomassem providências eficazes na intenção de amenizar a situação de flagelo da população do semiárido.

1 Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

2 A mobilização para ocupação da SUDENE, em Recife/PE, ocorreu em 16 de março de 1993 (DINIZ, 2002 e 2007).

Desejava-se que essa mobilização regional tivesse força para influir na desestruturação e no abandono das práticas assistencialistas e clientelistas das oligarquias locais. Para tanto, o desafio era o de elaborar um programa de ações permanentes apontando medidas a serem executadas pelo governo, garantindo o desenvolvimento sustentável e beneficiando as populações rurais (as mais afetadas em momentos de secas no semiárido); considerando que as famílias atingidas pela seca eram compostas de trabalhadores e não de indigentes e que deveriam ser tratadas como cidadãos pelas intervenções governamentais (DINIZ, 2007). Ao mesmo tempo, reconhecia-se um conhecimento social e local acumulados por anos de vivência e, portanto, de experiências alternativas trabalhadas nesta região, que historicamente tem como característica a irregularidade de chuvas.

Não estava se negando a necessidade das ações governamentais de caráter emergencial frente às secas, contudo enfatizava-se o aspecto de que a intervenção pública no semiárido não tinha um caráter permanente, mas apenas pontual. Enfim, medidas eficazes de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas e agroecológicas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública. Medidas tais que levariam a correção das distorções estruturais e seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (DINIZ, 2007).

Esse é o primeiro momento desta trajetória: a emergência de uma ação coletiva referenciada na noção de convivência com o semiárido como um potencial mobilizador de uma “identidade coletiva” (CASTELLS, 1999) e de articulação de uma parte da sociedade civil organizada no semiárido. Uma ressignificação das políticas e ações governamentais que na região, historicamente, conforme afirma Silva (2006), deram-se em proveito de uma elite política e econômica, cujo grande objetivo foi de exercer a dominação local. A afirmação da proposta de convivência com o semiárido é, justamente, a consolidação de uma identidade em relação a esses processos excludente e dominadores, e tem o protagonismo de um conjunto de “novos” atores sociais oriundos das organizações da sociedade civil que buscam construir uma nova prática sócio-política na região.

Na realidade, o fenômeno das secas no semiárido, além da crise na produção (diminuição da renda das famílias), traz à tona uma série de problemas no que se refere ao acesso à água, já que nas comunidades e nas moradias dispersas no meio rural, ela não é disponibilizada da mesma forma que nas cidades (pelos sistemas públicos de distribuição). Nesse período (década de 90, do século passado), grande parte das famílias rurais recorriam aos reservatórios disponíveis nas localidades (açudes, “barreiros”, poços, etc.), muitos em terras privadas, percorrendo distâncias significativas diariamente. Quando a seca se prolonga por vários anos e as fontes de água disponíveis se esgotam, entram em cena as práticas do assistencialismo e do clientelismo. A situação de calamidade pública é declarada e as autoridades organizavam a distribuição de água por carro-pipa para os “flagelados da seca” e as filas eram formadas ao longo do itinerário ou ponto de distribuição de água; muitas vezes também formam-se filas para a distribuição de comida, pelo menos foi assim em dois momentos nas últimas três décadas (nas secas de 1979/83, de 1992/93 e de 1998/99), segundo Araújo (2001). Essa política assistencialista fazia – e ainda faz, em menor escala – preservar o poder de grupos políticos e famílias dominantes na região, resquícios do antigo “coronelismo”, conforme bem analisou

Burzstin (2008).

É nesse contexto então que se consolida no semiárido uma ação coletiva (DINIZ, 2002) que passa a contestar ativamente toda a lógica de intervenção pública para lidar com o fenômeno da seca. Na América Latina, de modo geral, esses movimentos de contestação cumpriram um importante papel no processo de redemocratização (SANTOS e AVRITZER, 2002). Suas experiências de luta e reivindicação se inseriram num profundo movimento pela ampliação do político e pelo aumento da cidadania, bem como pela transformação e mudança das políticas dominantes e pela inserção na política de atores sociais excluídos. Foi essa trajetória de experimentação social que tem contribuído para a construção de uma nova “gramática social”, apontando na direção de novas formas e mecanismos que buscam alargar e aprofundar as mudanças políticas levando a uma nova dialética entre Estado e sociedade civil, bem como, em novas lógicas teóricas de análise de realidade a partir da noção de convivência, que se fundamenta no conceito de sustentabilidade e, posteriormente, nas experiências locais com base na agroecologia.

3 A OFENSIVA DA AÇÃO COLETIVA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O segundo momento importante da emergência e trajetória da noção de convivência com o semiárido ocorre quando os atores coletivos decidem sair de suas “trincheiras de resistência” (CASTELLS, 1999), passando a conceber um programa. Com um nome, até certo ponto, audacioso – *Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais* – o programa partiu de uma ação ativa e concreta que pudesse mobilizar os atores sociais no semiárido, isto é, a construção de cisternas para famílias rurais. Definido simbolicamente como P1MC, o programa começou a ser concebido em 1999, ano em que se realizava no Brasil a *Terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca*, organizada pela ONU³. Além do mais, naquele mesmo ano, o semiárido passava por mais um período no qual o fenômeno da seca era bastante forte – falava-se na mais agressiva do século, tendo como vilão um fenômeno climático que ficou muito conhecido pelo que se divulgava nos noticiários brasileiros: o *El Niño* (DINIZ, 2007).

3 A COP 3, como ficou conhecida a conferência da ONU, foi realizada na cidade de Recife/PE, entre os dias 15 e 26 de novembro de 1999 (DINIZ, 2002 e 2007).

Em paralelo à *Conferência*, organizações da sociedade civil nordestina estabeleceram um fórum de discussão sobre o semiárido brasileiro, provocando repercussões nos âmbitos regional, nacional e, mesmo, internacional. Surge então a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil), consolidando-se como uma “articulação política da sociedade civil” na região (ASA, 1999a). A base de constituição da ASA-Brasil foi a *Declaração do Semiárido*, documento síntese que buscava unificar as percepções e entendimentos dos atores sociais e suas organizações em torno de um ponto central: o semiárido e as estratégias de convivência nesse espaço geográfico e social por parte das famílias rurais. A *Declaração*, além de resgatar a experiência do movimento social e suas formas de luta e resistência na região, recomendava uma série de medidas práticas e políticas que deveriam ser adotadas nas intervenções governamentais, consubstanciadas num programa de convivência com o semiárido. Uma “política adequada” ao semiárido, erguida sob dois pilares básicos: por um lado, a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais e, por outro, a quebra do monopólio de acesso à água, à terra e outros meios de produção (ASA, 1999a, p. 05).

O processo desencadeado pelo P1MC tinha como objetivo geral contribuir para ampliar a compreensão e a prática da convivência sustentável com o ecossistema do semiárido, por meio de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e à valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania (DINIZ, 2007). De modo essencial, essa compreensão aproxima-se da agroecologia e de todas as propostas que vão sendo construídas por meio das tecnologias sociais em todo o semiárido.

Inicialmente, a convivência com o semiárido, materializada num programa de construção de cisternas, passa a ser a porta de entrada para o que Castells (1999) vai definir como “identidade de projeto, uma identidade que produz “sujeitos” isto é, um ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. É desse modo que se compreende a ideia de convivência com o semiárido, caracterizando-se como uma perspectiva orientadora de processos emancipatórios e autônomos, de expansão das capacidades criativas da população da região. Buscava otimizar os recursos existentes, recuperar conhecimentos e assim se colocar a serviço das populações locais. Era a realização de pequenas ações, com o envolvimento local, de forma a beneficiar a maioria. Utilizando-se de uma metáfora, significava derrubar a cerca(!), porque se entendia que o problema não era a “seca, e sim a cerca”. Em síntese, a convivência com o semiárido significa uma nova orientação estratégica para intervenção pública naquela realidade (SILVA, 2006), enquanto um processo em construção e de experimentação de alternativas apropriadas, buscando aprender a conviver com as suas especificidades ambientais, formulando proposições que visam à promoção e o alcance do desenvolvimento sustentável na região do semiárido brasileiro – uma vivência concreta da proposta agroecológica.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O passo seguinte a destacar nessa trajetória da ação coletiva para a convivência com o semiárido tem a ver com a conjuntura política inaugurada com a eleição do Presidente Lula, em 2003. Essa conjuntura abriu janelas de oportunidades para a sociedade civil, de forma geral, e para a ASA-Brasil, em específico. Simbolicamente, no primeiro dia de sua administração, o governo lança o Programa Fome Zero, chamando a atenção da sociedade brasileira para a problemática social da “(in)segurança alimentar”, priorizando o semiárido brasileiro (DINIZ, 2007).

Diante dessa oportunidade, uma parcela da sociedade civil no semiárido começa a interpelar o governo, cobrando um olhar diferente sobre as experimentações sociais de convivência desenvolvidas no semiárido. A ASA-Brasil, nesse contexto, envia sua *Carta Política*⁴, destacando a esperança de se avançar na construção de uma nova sociedade no semiárido. Para isso, as políticas e as intervenções governamentais para o semiárido deveriam ter como objetivos a sustentabilidade da agricultura familiar, respeitando a dignidade dos homens e das mulheres do campo, resgatando suas experiências agroecológicas bem sucedidas e indicando os caminhos a serem trilhados para vencer a fome e a miséria, numa região que abrigava mais de um terço das unidades familiares de produção do país (ASA, 2002).

Foi exatamente nessa *Carta* que o P1MC (programa de construção de cisternas) foi apresentado ao governo como uma ação concebida para a convivência com o semiárido com base na sustentabilidade. Priorizando as famílias rurais, o P1MC norteava-se por alguns princípios da educação-cidadã, situando criticamente a realidade histórico-cultural e visando a convivência com meio geográfico e social, buscando romper com a dominação secular das elites sobre o povo, a partir do controle da água (ASA, 1999b).

A partir desse momento – do envio da *Carta* – fez-se todo um esforço de diálogo para a concretização de uma agenda entre o governo e a ASA-Brasil. Como resultado, foi estabelecida uma parceria triangular entre a ASA-Brasil, o governo federal e a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) que passou a vigorar no segundo semestre de 2003. Parceria que tinha como meta a construção de cisternas rurais (um milhão no total), garantindo recursos no sentido de não ter descontinuidade da ação e de não perder a capacidade mobilizada dos diversos atores sociais e de suas

4 A “Carta Política” é um documento síntese elaborada por conta do terceiro encontro nacional – III EnconASA, realizado em São Luís, Maranhão, entre os dias 20 e 23 de novembro de 2002. Portal da ASA. Disponível em: <www.asabrasil.org.br> Acesso em: 14 Mar. 2017.

organizações na região.

A partir desse momento, a construção de cisternas tornou-se o elemento mais visível do programa de convivência com o semiárido, talvez o que todo mundo desejasse mais intensamente – as famílias participantes, pela necessidade e comodidade do acesso à água; os financiadores privados, pela sua visibilidade como uma instituição de responsabilidade social; o governo, para se mostrar atuante em relação aos “problemas” do país.

Com isso, estabeleceu-se um processo de “experimentalismo institucional”, ou seja, de formas inovadoras na relação entre governo e sociedade (SANTOS e AVRITZER, 2002). Na prática, o desafio do experimentalismo institucional, tanto para governo, como para as organizações da sociedade civil, seria investir num processo de aprendizagem, de formação mútua e responsabilidades compartilhadas na concretização dos objetivos pretendidos na parceria. Foi assim que governo, ASA-Brasil e Febraban (antes de se afastar da parceria) procederam em relação ao programa de construção de cisternas rurais.

Pode-se dizer que a ação da ASA-Brasil, por meio da concretização do P1MC, foi muito mais que um programa de cisternas. Todo o esforço acumulado possibilitou a entrada do movimento social na esfera política, demonstrando que a efetivação de políticas e programas públicos não está restrita ao campo governamental, mas que também pode ser conduzida pela esfera da sociedade civil. Pode-se constatar que a ASA-Brasil já exercitava uma metodologia que, posteriormente, passa a ser preconizada pela PNATER, onde o exercício crítico e dialético é experimentado, bem como, o diálogo entre os diferentes conhecimentos são vivenciados. Efetivamente põem-se em prática uma equidade epistêmica e uma justiça cognitiva.

Evidentemente que esse experimentalismo institucional começou a despertar interesses por parte dos governos dos estados do Nordeste e dos prefeitos no semiárido. Ora, uma ação com tamanha dedicação do governo federal (que foi visitar comunidades no interior do semiárido para inaugurar cisternas)⁵, de grande interesse e mobilização de populações rurais pela obra em si, e pela facilidade de acesso e do montante de recursos disponíveis (recursos públicos e privados), naturalmente levou os governantes e políticos locais a pressionar para que eles também pudessem fazer cisternas – afinal era preciso respeitar e aprofundar o pacto federativo, alegava-se!.

5 “Em outubro de 2003, o Presidente Lula foi ao município de Lagoa Seca, no semiárido paraibano para celebrar a parceria para construção de cisternas no semiárido” (DINIZ, 2007, p. 55).

No entanto, apesar de muitos governos (estaduais e municipais) terem acessado recursos públicos para construção de cisternas, a mobilização social desencadeada pela ASA-Brasil conseguiu conter muitos dos abusos e vícios antigos dos governantes. Foi essa criatividade do programa e do controle social que foi servindo como guia na construção de um novo modelo de políticas públicas regionais, contribuindo para um novo pacto social e resgatando uma parte da dívida social na região: a água deixa de ser um instrumento de poder e passa a ser um dever do Estado. Essa inovação política passou a romper com as práticas convencionais dos dirigentes políticos que tanto usaram esse bem comum – água – como instrumento de poder (a “indústria da seca”), buscando superar antigas práticas políticas de combate à seca e colocando a convivência com o semiárido como elemento central.

Todo esse esforço coletivo, os ajustes ao longo do processo, os acordos e alianças, bem como os conflitos e a própria gestão desses conflitos, foram criando capacidades de diálogo até então pouco desenvolvidas e/ou exploradas quando se tratava da relação entre Estado e sociedade civil. Essas capacidades vão constituindo competências de negociação e de governança nos processos de experimentação institucional. Assim, pode-se apontar para a construção de uma nova identidade a ser compartilhada por esses atores sociais e políticos – uma identidade de negociação e/ou de governança. Sem essa capacidade de diálogo e a competência de negociação – construídas ao longo do percurso da aprendizagem – tanto de um lado (governo), como de outro (sociedade civil), possivelmente esse experimentalismo não tivesse rendido os frutos atuais e fundamentais para enfrentar mais uma vez o fenômeno da seca, iniciado em 2012 e ainda exercendo forte pressão em muitos municípios do semiárido brasileiro (no momento de fechamento desse texto), conforme análise a seguir.

5 A SECA EM 2012 E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA

O fenômeno da seca, iniciada em 2012, já estava prevista ao final do ano anterior, em 2011. Oficialmente, a situação de seca foi deflagrada no mês de abril de 2012, abrangendo todo o semiárido brasileiro, marcando o início da intervenção governamental na região. Com isso, é reiniciado o ciclo, onde os governos da região buscam recursos financeiros junto ao governo federal. Iniciam o repetitivo ritual.

Decretada a seca, então os governadores estaduais começaram a mobilizar suas forças políticas e técnicas para elaborar projetos para garantir recursos federais. Na Paraíba, por exemplo, três dias após o anúncio federal, o governo do estado fez um chamamento aos prefeitos municipais e lançou o *Plano de Gestão de Riscos e Respostas à Estiagem*. Vale ressaltar que estavam na solenidade representantes de 130 municípios (do total de 223), entretanto nenhum município no estado havia decretado situação de emergência em função do fenômeno da seca naquele momento. De modo que foi por conta do anúncio do governo federal que os municípios começaram a solicitar a emissão dos decretos de situação de emergência. Ou seja, permanece – senão exclusivamente, pelo menos, prioritariamente – a seca como um problema do governo federal, pois é ele quem decreta a seca e a destinação dos recursos. Aos governos estaduais e municipais, aqueles que diretamente vivenciam a situação, quase sempre cabem-lhes o papel

secundário diante do fenômeno, reproduzindo o histórico discurso das elites nordestinas de cobrar ao governo central as devidas providências.

No caso do estado da Paraíba, em pouco mais de um mês, os municípios em situação de emergência saltam do patamar de nenhum município, para 170, ao final de maio. Esse aspecto se reproduziu em muitos estados da região e, ao final do ano de 2012, a seca já afetava um número maior de municípios do que o próprio território do semiárido, chegando a mais de mil e trezentos municípios⁶ em estado de emergência, (conforme quadro 1, abaixo), abrangendo mais de 10 milhões de pessoas. Estava armado o cenário do combate à seca.

6 O semiárido brasileiro é uma região que compreende 1.135 municípios, abrangendo uma área de quase um milhão de quilômetros quadrados (980.133,079 Km²), segundo o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Disponível em: <www.insa.gov.br>. Acesso em 14 Mar. 2017.

Quadro 1. Número de municípios em estado de emergência por conta da seca de 2012

	Municípios em Estado de Emergência em 27/04/2012	Municípios em Estado de Emergência em 29/05/2012	Municípios em Estado de Emergência em 20/12/2012
Alagoas	25	36	36
Bahia	225	244	259
Ceará	06	168	175
Paraíba	00	170	196
Pernambuco	41	108	118
Piauí	96	122	191
Maranhão	00	11	69
Minas Gerais	00	00	122
Rio Grande do Norte	139	139	142
Sergipe	18	18	18
TOTAIS	550	1.016	1.326

Fonte: BRASIL, 2015 (Dados organizados pelos autores).

É consenso entre os estudiosos que o semiárido não é homogêneo, em suas diversas dimensões. Em se tratando de precipitação pluviométrica a diversidade é ainda mais intensa. Nesse caso, no Território da Borborema, na Paraíba, (compreendendo 21 municípios), representativo dessa diversidade, a situação de chuvas já vinha oscilando nos últimos três anos, antes da decretação do fenômeno da seca. Em 2009 (ano de referência nessa análise), por exemplo, segundo dados da Agência de Gestão das Águas (PARAÍBA, 2015), não houve grandes desvios na climatologia anual dos municípios. Pode-se dizer que foi um ano de chuvas dentro da

normalidade, tendo uma média de cerca de mil milímetros (para os 21 municípios). Já no ano seguinte (em 2010), essa média caiu quase 40% (chovendo cerca de 650 mm), voltando a subir em 2011 (ano de muita chuva nos municípios do território) e, a partir de 2012, as médias sempre ficaram em torno de 70% da média do ano base (2009). Destaque-se justamente o ano 2012, momento que se deflagra a seca no semiárido, em que a média anual para os 21 municípios caiu abaixo de 60% (em relação a 2009), conforme pode ser percebido no quadro 2, abaixo.

Imediatamente ao decreto de uma situação de seca, emerge a questão de como evitar os impactos negativos às populações, especialmente em relação ao acesso à água. Nesse caso, as ações implantadas como forma de diminuir a vulnerabilidade das famílias rurais, frente ao fenômeno da seca a partir de 2012, duas iniciativas merecem destaques: a *Operação Carro-Pipa* e o *Programa de Cisternas Rurais*.

Quadro 2. Índice de chuvas acumuladas no Território da Borborema/PB

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Alagoa Nova	285,6	804,2	1316,9	741,8	874	718,6	603,8
Algodão de Jandaíra**	-	-	-	-	-	-	-
Arara	886,3	368,5	809,2	375,4	559,7	501,2	443,2
Areia	1626,9	1020,2	1436,9	1025,6	1273,2	1189,5	1025,9
Areial	790,8	551,8	1812,3	443,1	574,6	499,1	118,8
Borborema	1551,8	849,2	1670,2	845,7	1082,9	1107	936,5
Campina Grande	1066,2	699,1	1494,4	604,5	752,8	705,5	543,7
Casserengue	506,4	421,8	770,6	258,6	264,3	224,8	226
Esperança	869,8	545,2	1125,8	518,7	697,2	595,3	485,3
Lagoa Seca	1249,4	971,4	1797,1	742,8	994,5	1010,6	748,5
Massaranduba	1188,9	733,3	1412,6	624,5	874,1	704,5	532,8
Matinhas	1383,2	741	1493,2	706,8	739,7	580	611,9
Montadas	678,9	403,6	898,4	431	548,6	445,2	301
Pilões	1707,6	914,3	1771,4	810,9	1022,7	1201,6	748,1
Puxinanã	850,8	638,2	1128,4	476,4	526	538,3	385,3
Queimadas	632,2	571,3	1093,7	360,3	418,7	226,4	41,2
Remígio	1130,5	685,4	1339,5	788,7	913,5	835,4	713,2
Serra Redonda	923,6	699,1	1304,7	595,6	698,6	641,4	194,8
Serraria	1696	765,1	1863,7	859,9	1096,7	1230,9	1044,1
Solânea	1382	804,2	1476,9	685,8	957,5	1007,8	820,5
S.S. de Lagoa de Roça	1160,8	654,7	1166,4	599,6	717,5	798,8	608,7
Totais	21567,7	13811,6	27182,3	12495,7	15622,8	14770,9	11169,8
Médias	1027,03	657,69	1294,39	595,03	743,94	703,37	531,89

* Até 29 de outubro

** Sem dados para o período

Fonte: PARAÍBA, 2015 (Dados organizados pelos autores)

Inicialmente, na operação carro-pipa, ao final do primeiro ano de seca (2012), o governo central havia alocado mais de quatro mil veículos na operação, atendendo 735 municípios, mais da metade dos municípios em situação de emergência (conforme visto acima, em quadro 1). Em abril de 2013, a partir do agravamento do fenômeno da seca, o número de “pipeiros” (como são chamados os donos dos carros-pipa) contratados aumentou, chegando, em 2014, a quase oito mil carros, conforme últimos dados disponíveis (conferir quadro 3, abaixo).

A oferta de água por meio do carro-pipa não é uma novidade em momentos

de seca no semiárido. Seu uso vem de décadas (existem registros dos anos de 1970) e sempre é visto de forma negativa, por ser uma solução custosa e de fácil manipulação eleitoral. Mesmo assim, em muitas ocasiões, ele é a única opção emergencial para muitas cidades e comunidades rurais; uma ação de mitigação (emergencial) para enfrentar os impactos negativos, tendo em vista que é uma ação efetivada após o evento configurado.

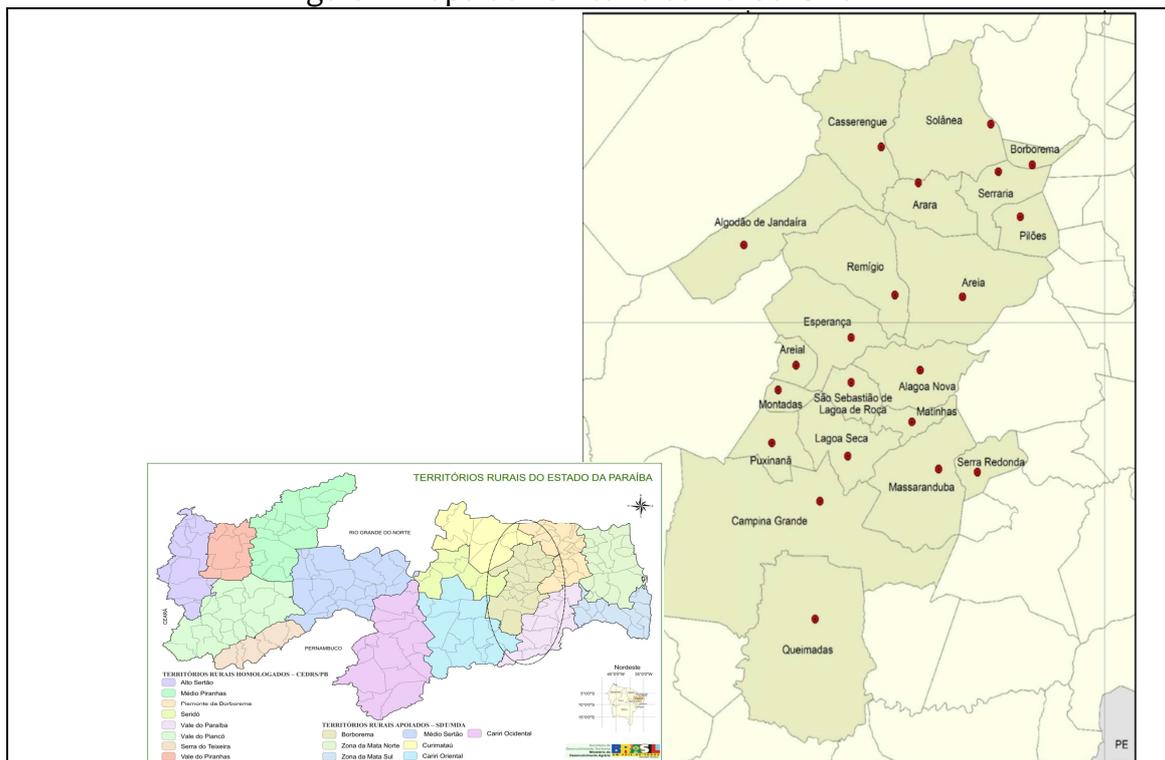
Quadro 3. Números da Operação Carro-pipa na atual seca (2012/2014)

UF	Números em 20/12/2012		Números em 27/04/2013		Números em 12/12/2014	
	Municípios atendidos	Nº Carros-Pipa	Municípios atendidos	Nº Carros-Pipa	Municípios atendidos	Nº Carros-Pipa
AL	37	198	39	205	40	405
BA	146	1.197	378	1.921	214	2050
CE	105	719	134	820	126	1227
MG	38	110	38	108	36	101
PB	117	522	197	1.075	160	1075
PE	91	712	181	1.471	104	1839
PI	81	436	110	685	68	581
RN	103	293	144	423	135	582
SE	17	103	18	158	12	134
Total	735	4.290	1.176	6.866	899	7994

Fonte: BRASIL, 2015 (Dados organizados pelos autores).

No caso do Território da Borborema (figura 1), em abril de 2014 (BRASIL, 2015), dos 21 municípios, apenas seis (06) não estavam em estado de emergência e, destes, quatro (04) não tinham nenhum carro-pipa atuando na oferta de água. Ou seja, quinze (15) municípios em estado de emergência e dezessete (17) municípios contando com o programa operação carro-pipa, tendo no total 57 carros contratados (média de 2,7 por município). Destacam-se Solânea e Remígio como os municípios com maior número de carros-pipa (06, cada um), conforme quadro 4, abaixo.

Figura 1. Mapa do Território da Borborema-PB



Fonte: BRASIL, 2017 (Dados organizados pelos autores)

A oferta de água à população por meio de carro-pipa vai encontrar um elemento novo no cenário da atual seca: a existência de inúmeras cisternas familiares espalhadas pela região, condição inexistente na seca de 1998. No Território da Borborema, a partir do P1MC, percebeu-se um avanço considerável no número de cisternas construídas. Nos 21 municípios, existiam ao final de 2015, quase dez mil cisternas construídas, apenas pela ASA-Brasil, sem contar programas federais e estaduais (em menores escalas). Isso representava, portanto, cisternas em quase 40% dos estabelecimentos da agricultura familiar em todo o território, segundo o último censo agropecuário, conforme quadro 4, abaixo.

Os números ainda apontavam que dois municípios (dos 21 do território) universalizaram a construção de cisternas familiares (Algodão de Jandaíra e Lagoa Seca). Outros sete municípios (Arara, Casserengue, Puxinanã, Queimadas, Remígio e São Sebastião de Lagoa de Roça) já alcançaram o patamar de 50% dos estabelecimentos das famílias rurais ou estão próximos a alcançar essa meta (uma cisterna a cada dois estabelecimentos familiares). Destaque-se o município de Queimadas, como aquele que tem o maior número de estabelecimentos, conseguindo um alcance considerável no número absoluto de cisternas. Os piores índices de alcance na construção de cisternas estavam em cinco municípios (dos 21): Areia, Campina Grande, Pilões, Serraria, Serra Redonda e Borborema (para este último, não dispúnhamos de dados).

Quadro 4. Número de carros-pipa, cisternas construídas e número de estabelecimentos da agricultura familiar (EAF)

Municípios	Número carros-pipa	Cisterna consumo	Número EAF	% EAF com cisternas
Alagoa Nova	1	299	1583	19
Algodão de Jandaíra	5	162	140	115,7
Arara	2	511	1038	49,2
Areia	0	132	1727	7,6
Areial	3	169	547	31
Borborema	0	-	263	-
Campina Grande	4	131	1806	7,3
Casserengue	5	618	753	82
Esperança	4	523	1775	29,5
Lagoa Seca	3	1723	1592	108,2
Massaranduba	0	621	1809	34,3
Matinhas	2	166	736	22,6
Montadas	4	322	477	67,5
Pilões	1	89	684	13
Puxinanã	4	425	833	51
Queimadas	3	1566	3299	47,5
Remígio	6	393	896	47,2
Serra Redonda	2	151	930	16,2
Serraria	0	90	672	13,4
Solânea	6	655	1767	37,1
S.S. de Lagoa de Roça	2	619	1398	44,3
Totais	57	9375	24725	-
Médias	2,71	446,42	1177,38	-

Fontes: BRASIL, 2015; ASA-BRASIL, 2015 (Dados organizados pelos autores)

A influência das cisternas para as famílias é imediata, por um lado, facilitando o trabalho das mulheres, tantas vezes alquebradas pela labuta de buscar água em fontes (barreiros, aguadas, poços, etc.) na maioria das vezes bastante distantes, de acordo com Passador e Passador (2010, p. 76). Por outro lado, ocorre uma relativa libertação destas comunidades carentes em relação aos donos dos açudes e aos carros-pipas, sejam de proprietários privados ou pertencentes às pequenas prefeituras, uma vez que o acesso à água potável quase sempre esteve sob o controle dos dirigentes locais, bem como de seus “interesses políticos, acostumados a domesticar a população pela sede”.

Na atual situação de seca as cisternas familiares passaram a ter prioridade na recepção da água distribuída pelos carros-pipa; água destinada ao abastecimento da comunidade e/ou localidade. Noutros momentos, quando não havia cisternas suficientes nas comunidades, a água era depositada em buracos a céu aberto (barreiros), de modo que em contato com a terra, essa água já perdia sua qualidade sanitária (DINIZ, 2007). Mesmo assim, era a água disponível no período da seca para ser usada pelas famílias da localidade. Com as cisternas, passa a existir as condições adequadas para receber água e manter sua qualidade sanitária, quando as mesmas são abastecidas com água de qualidade, obviamente, o que nem sempre ocorre.

Um elemento importante, ainda em relação aos dados acima, diz respeito ao fato de que quanto mais perto de universalizar as cisternas para as famílias rurais, significa dizer que o município tem uma sociedade civil com atuação efetiva. Dos 21

municípios do território, em 14 deles a ASA-Brasil tem uma atuação direta por meio de uma rede de sindicatos rurais – Polo Sindical da Borborema. No caso do semiárido como um todo, mas em especial no território da Borborema, as cisternas rurais foram uma inovação fundamental para ir criando mecanismos de adaptação efetivos ao fenômeno da seca. Ou seja, as cisternas não só se apresentam como uma solução efetiva para a garantia da sanidade da água para as famílias do semiárido, mas também como uma forma das famílias romperem, em parte, o padrão político da troca de “votos por água”, prática utilizada historicamente pelas lideranças locais, a partir da construção dos açudes em terras privadas (PASSADOR e PASSADOR, 2010, p. 83).

Enfim, em função das análises, embora, por si só, insuficientes ainda, as cisternas rurais desempenharam uma grande capacidade de amenizar os efeitos negativos do fenômeno da seca. Esse esforço é fruto da mobilização social no semiárido, colocando em prática suas experimentações sociais; um grande passo no longo caminho para sair das ações emergenciais e de mitigação (definidas quando o fenômeno ocorre) para ações com maior capacidade de absorver positivamente os impactos da seca, garantindo uma relativa adaptação no sentido de antecipação ao evento, no caso o fenômeno das secas no semiárido brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio nesse texto foi de caracterizar a trajetória e o processo de construção da noção de convivência com o semiárido, tendo como suporte ainda, o conceito de sustentabilidade e da agroecologia; e como essa ação coletiva e de mobilização social foi influenciando, pouco a pouco, a construção de políticas e ações públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável com base na convivência com o semiárido.

Duas fases, necessárias à emergência desse processo, foram apontadas: uma etapa de quebra de paradigma de desenvolvimento regional (SILVA, 2006), tendo como concepção o combate à seca; uma segunda etapa de experimentação social com base na ideia de convivência com o semiárido. Cada uma destas fases é caracterizada por processos de aprendizagem e pela construção de competências específicas ligadas a formação de identidades permitindo à sociedade avançar do lugar de contra o Estado, para o lugar de com o Estado.

Verdade que para isso ser possível, janelas de oportunidades foram abertas pelo governo federal, como resposta as demandas da sociedade, institucionalizando a capacidade de experimentar instrumentos e mecanismos na relação com a coletividade, baseados nos resultados de experimentações sociais-locais; um reconhecimento de sua importância, bem como da capacidade política em termos de autonomia por parte dessas experimentações locais.

Não se pode negar como o contexto mundial (a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e agroecologia) e o regional/local (a repetição de secas importantes) influenciaram nessas decisões e mudanças. Contudo, percebe-se, também, como o papel do Estado (mesmo que seja uma ação de um governo específico) de mover-se em direção à sociedade e sua capacidade de avançar nos processos de aprendizagem foram fundamentais nesse percurso e para esse tipo de experimentalismo. Essa é a essência dos processos de experimentalismo

institucional.

Apesar desses avanços, ainda subsiste um dilema que deve ser enfrentado permanentemente: de um lado, a necessidade de experimentar e de fazer evoluir as normas institucionais e regras de gestão, do outro lado, a necessidade de assegurar um mínimo de estabilidade das normas e regras para permitir a implementação dos programas (não mudar as regras do jogo o tempo todo, enfraquecendo os processos sociais). Ou seja, a importância de consolidação de um projeto de sociedade, com base na noção de convivência com o semiárido, uma vez que ele ainda está em processo de formulação. Há de se reconhecer um constante enfrentamento, de um lado, por uma elite que quer retornar o controle e assim manter seus privilégios e, de outro, a luta da sociedade civil. Mesmo que esse projeto social ainda não seja vislumbrado claramente, não se pode negar que a noção de combate à seca (como uma estratégia de desenvolvimento regional para o semiárido) está claramente em crise, portanto numa transição paradigmática, caracterizada por uma situação de passagem entre a falência de um paradigma dominante e a emergência de um novo paradigma que não está plenamente definido, nas palavras de Silva (2006).

Apesar da falta de clareza em torno do projeto social de convivência com o semiárido, existem alguns indícios, definindo-o como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável na região, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

Assim, para se pensar a convivência – e, portanto, o desenvolvimento sustentável e a agroecologia – no semiárido brasileiro é preciso também (re)pensar as formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, ampliando a participação política a partir da afirmação e do reconhecimento de direitos da população, em relação às definições sobre o seu futuro. A ampliação da esfera pública também deverá levar em conta um conjunto considerável de iniciativas bem sucedidas de promoção do desenvolvimento, que vêm sendo experimentadas por diferentes organizações da sociedade civil nessa região. A ASA-Brasil, por meio do programa convivência com o semiárido e suas experiências agroecológicas, pode ser considerada um desses atores coletivos que tem dado um grande passo para se pensar a desigualdade e a justiça social nesse mundo globalizado, ao mesmo tempo em que vem construindo identidades articuladas na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e agroecológico, regional e local, com igualdade e justiça social.

A prova desse novo contexto de convivência no semiárido pode ser observado em se comparando as últimas secas na região. Verdade que as populações ainda não estão totalmente adaptadas ao fenômeno da seca – longe disso! A negação de direitos vem de longo tempo. Contudo, em outros momentos de seca (1992/93 e 1998/98) houve saques, frentes de trabalho emergencial, distribuição de cestas básicas, campanhas midiáticas para doação de alimentos aos flagelados da seca, etc.. Na atual evidência e força do fenômeno da seca, problemas ainda persistem, especialmente, em relação aos animais (protagonista, dessa seca), mas é notável a diferença em que a população rural do semiárido enfrentou a escassez de água e recursos.

Não apenas elas – as cisternas rurais. Mais, certamente, elas – as cisternas rurais – contribuíram muito para essa nova visão de mundo no semiárido, funcionando como porta de entrada para a concepção de convivência com o semiárido com base nas experiências agroecológicas no desenvolvimento sustentável. Há um longo caminho a percorrer, porém há evidentes ganhos que precisam ser mantidos e valorizados.

REFERÊNCIAS

ASA. Articulação no Semiárido Brasileiro. Carta Política. Encontro nacional da articulação do semi-árido brasileiro, 3, São Luis/MA, **Anais do III Encontro...** São Luis/MA, 20-23/nov. 2002. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 15 Set. 2006.

_____. **Declaração do Semi-Árido:** propostas da Articulação no Semi-árido Brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. 1999a. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 29 abr. 2016

_____. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido:** um milhão de cisternas rurais – P1MC. (Anexo II. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003 – FB-101/2003). 1999b. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.pdf>>. Acesso em: 10 Jan. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Território da Borborema. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf>. Acesso em: 14 Mar. 2017

_____. **Observatório da Seca.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/operacao-carro-pipa.html>> Acesso em 15 abr. 2015.

BURZSTIN, Marcel. **O poder dos donos** : planejamento e clientelismo no Nordeste. São Paulo: Editora Garamond, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2), 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. [Tradução: Klauss Brandini Gerhardt]. 1999.

DINIZ, Paulo C. Oliveira. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”:** Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil - experiências no Semi-Árido. 2007. Tese (doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2007.

_____. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido:** a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. Dissertação (mestrado em sociologia). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2002.

PARAÍBA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Monitoramento. 2015. Disponível em: <<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/medicaoPluviometrica.do?metodo=chuvasDiariasMapa>>. Acesso em 30 out. 2015

PASSADOR, Claudia Souza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. V. 15, N. 56. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3203>>. Acesso em: 16 Jan. 2013.

SANTOS, Boaventura de S. e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático (Introdução). IN: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. V. 1). 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília. 298 f. Tese de Doutorado. UNB-CDS. Portal do CDS. 2006. Disponível em: <<http://200.130.0.16/biblioteca/RobertoSilva.pdf>>. Acesso em 05 Mai. 2007.

PAULO CESAR OLIVEIRA DINIZ. Doutor em Sociologia pela UFPB, professor de Sociologia da CDSA/UFCG. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. pcodiniz@uol.com.br

JORGE ROBERTO TAVARES DE LIMA. Doutor em Agroecologia. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. jorgetvs@hotmail.com

Submetido em: 01/03/2017

Aprovado em: 15/03/2017